



Bringing Organisations & Network Development
to higher levels in the Farming sector in Europe

Repensando as Políticas para a Agricultura Familiar

O caso de Portugal e Espanha

Conteúdos

Resumo Executivo.....	2
Introdução.....	3
1. O Projeto BOND	4
2. Ação Coletiva e Agricultura Familiar em Portugal e Espanha.....	6
2.1. Agricultura Familiar.....	11
2.2. Agricultura Familiar em Portugal e Espanha	12
3. A Agricultura e as Políticas Alimentares na Europa	13
3.1. A PAC em Portugal e Espanha: Impacto na Agricultura Familiar.....	15
4. Fluxo Regional das Atividades BOND	18
4.1. VER – Aprender com o Sucesso	19
Visitas de Estudo.....	19
Workshops: Sustentabilidade dos Modelos Alimentares, Comerciais e de Produção	19
Fórum Inter-regional de Córdoba	20
Formação de Formadores: Fortalecendo os Agricultores através da criação de capital social.....	23
4.2. APRENDER – Compreender Atitudes – Superação de Fraquezas e Obstáculos	24
Metodologias e Ferramentas Participativas.....	24
Workshops Nacionais em Portugal e Espanha.....	24
Workshop Nacional em Espanha (Galiza).....	26
4.3. PARTILHAR – A Afirmação de Uma Posição no Panorama Político	27
Mesa Redonda Regional em Portugal	27
Conclusões	29



THIS PROJECT HAS RECEIVED FUNDING FROM THE EUROPEAN UNION'S HORIZON 2020 RESEARCH AND INNOVATION PROGRAMME UNDER GRANT AGREEMENT N° 774208

Resumo Executivo

O presente relatório estabelece as atividades do projeto BOND em Portugal e Espanha e como estas atividades ajudaram os participantes a desenvolver novas soluções para os desafios associados a uma ação coletiva eficaz relativos à Agricultura Familiar destas regiões.

O papel da Agricultura Familiar é reconhecido como fator determinante para garantir a segurança e soberania alimentar das pessoas e como modelo capaz de responder às diversas crises enfrentadas pela sociedade: financeira, climática, energética, alimentar, migratória e de privação de direitos. Mais recentemente, a pandemia global da COVID-19 deixou a descoberto a fragilidade dos nossos sistemas alimentares.

O projeto BOND prestou o seu apoio à Agricultura Familiar através do reforço dos laços entre agricultores e organizações, fortalecendo alianças e criando ligações a vários níveis no setor agrícola. Aprendemos com as experiências, conhecimentos e aspirações uns dos outros.

Este foi um projeto que deu frutos, com a criação de iniciativas interessantes, das quais emergiram recomendações políticas que vão desde os seus contextos globais ou locais a discussões sobre como proceder à reforma da Política Agrícola Comum e outras semelhantes, dotadas de impacto na agricultura, na alimentação e na vida dos cidadãos.

Houve quatro questões-chave que se destacaram de entre as muitas recomendações refletidas na presente publicação:

- compromissos do Estado para com instrumentos de reconhecimento e valorização da Agricultura Familiar;
- introdução de políticas agrícolas e alimentares que suportem a soberania alimentar, através da proteção e promoção de modelos agroalimentares saudáveis, sustentáveis e democráticos, bem como de rendimentos justos e condições de vida dignas para os agricultores e as suas famílias;
- políticas de incentivo a jovens e novos agricultores, com vista a reverter o abandono das zonas rurais;
- valorização do papel dos pequenos produtores e das mulheres na agricultura.

Através do projeto BOND, os nossos participantes e as suas redes de contactos viram reforçada a sua capacidade de marcar uma posição no panorama político. Na região, Portugal e Espanha conseguiram tirar proveito da experiência das nossas organizações de agricultores, convergência de convicções, esforços, competências e propostas no sentido de sustentar um melhor futuro para a agricultura. Com o apoio dos instrumentos fornecidos pelo BOND, conseguimos fazer chegar as vozes dos agricultores familiares aos decisores políticos, tanto a nível nacional, como no contexto da União Europeia. Sim, acreditamos que é possível influenciar e mudar políticas!

Introdução

Tal como muitos dos habitantes das zonas rurais, há muito que os agricultores conduzem um trabalho de proximidade com o seu ambiente, combinando o trabalho individual com uma dimensão coletiva.

As comunidades rurais sempre foram atentas e competentes no que concerne à partilha e preservação das suas culturas e conhecimentos, trabalhando com os seus círculos familiares e com a ajuda da comunidade, em harmonia com a terra e com respeito pela natureza, pelo objetivo comum de produzir alimentos para todos.

A produção de alimentos é, evidentemente, uma atividade vital para a sociedade, sendo fulcral o papel desempenhado pelos agricultores na economia e na proteção do ambiente.

Mas, como nos diz o poeta português Luís de Camões, "todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades". As transformações que vão tomando lugar no mundo apresentam novos desafios para a nossa sociedade e a agricultura não é exceção.

Dada a sua estreita e importante relação com a terra e o território, a agricultura e os agricultores sentem fortemente o impacto das mudanças ambientais, sociais, tecnológicas, económicas e políticas.

No mercado único da União Europeia (UE) e no nosso mundo globalizado onde o comércio tem lugar a uma escala supranacional, o impacto destas mudanças nos pequenos e médios agricultores e na Agricultura Familiar – que asseguram uma parte significativa da alimentação da população europeia – tem sido negativo e muito prejudicial.

A união e a ação coletiva, lideradas por organizações de agricultores, são essenciais para nos ajudar a fazer face a estes problemas e desafios comuns e também para apoiar as aspirações dos agricultores. Este é um dos objetivos do Projeto BOND. Envolvendo 17 parceiros de 12 países europeus, ao longo dos últimos três anos, o BOND articulou um conjunto de atividades e instrumentos com vista a alcançar estes objetivos.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) é uma organização portuguesa parceira do projeto BOND que se define como a "expressão organizada, predominantemente, dos agricultores e agricultoras das explorações agrícolas familiares". A CNA participou e acolheu diversas ações do BOND e assumiu a responsabilidade de desenvolver a presente publicação, em cooperação com os parceiros espanhóis da Coordinadora Campesina del País Valenciano (CCPV-COAG), do Sindicato Labrego Galego (SLG) e da Universidade de Córdoba (UdC).

Para além das circunstâncias geográficas que unem estes dois países (dois países limítrofes, que constituem a Península Ibérica), encontramos em Portugal e Espanha características culturais tanto partilhadas, como distintas, bem como um contexto histórico, político e social que define as suas condições para a agricultura.

Este relatório tem como objetivo mostrar o contributo do projeto BOND para o desenvolvimento de novas soluções com vista a uma ação coletiva mais eficaz para a Agricultura Familiar destes dois países europeus: Portugal e Espanha.

O relatório mostra como os agricultores se organizam, contribuem e se adaptam positivamente a estas mudanças e partilha as suas histórias de sucesso com outros, na Europa e em todo o mundo. Queremos ainda partilhar como, através da ação coletiva, é possível construir redes de colaboração capazes de resistir às mudanças negativas, fortemente penalizadoras para o equilíbrio entre produção agrícola, consumo e sustentabilidade.

O capítulo seguinte desta publicação descreve a arquitetura e os objetivos do projeto BOND, prosseguindo então com um enfoque contextual em Portugal e Espanha.

No capítulo 4, delineamos uma abordagem à política agrícola, comercial e alimentar na Europa – nomeadamente a Política Agrícola Comum (PAC) – a fim de melhor compreendermos o seu impacto no dia-a-dia dos agricultores e das comunidades rurais. Seguidamente, no capítulo 5, apresentamos o fluxo de atividades desenvolvido pelo projeto BOND em Portugal e Espanha.

A par desta jornada pelas várias atividades que tiveram lugar em ambos os países, apresentamos as necessidades e as questões que constituíram a base de cada uma dessas atividades, juntamente com os resultados obtidos.

Estes resultados incluem: a formulação de propostas políticas como eco da voz dos agricultores e dos seus aliados; e o reforço da ação coletiva como forma de reforçar as organizações agrícolas e os laços entre agricultores, organizações e decisores políticos.

A sinergia de aspirações, ações e propostas de apoio à Agricultura Familiar certamente reforçou a capacidade de ação coletiva das organizações envolvidas no BOND. Isto terá um impacto positivo nas vidas dos agricultores e nas vidas dos cidadãos em geral, garantindo também às atividades agrícolas uma maior capacidade organizacional para continuarem a produzir alimentos locais e de qualidade, com respeito pela natureza e pelos seres humanos.

No decurso do desenvolvimento desta publicação, vimos as nossas comunidades, na Europa e por todo o mundo, surpreendidas por uma crise global, uma crise com a qual ainda estamos a aprender a lidar. Este choque deixou a descoberto a fragilidade dos nossos sistemas alimentares, ao mesmo tempo que também coloca em evidência a importância de os agricultores de pequenas e médias dimensões – agricultores familiares – se organizarem de modo a poderem enfrentar em conjunto o desafio de alimentar o mundo.

1. O Projeto BOND

Os agricultores e as comunidades rurais desempenham um papel fundamental na sustentabilidade ambiental e económica do setor agrícola na Europa e, indubitavelmente, na alimentação da população. São gestores de segurança alimentar, recursos naturais e do caminho para uma mudança social sustentável. Difundem know-how ancestral enquanto fazem das suas explorações e organizações alternativas resistentes e eficientes à atual economia europeia, baseada em combustíveis fósseis.

Tendo isto em mente e reconhecendo que os agricultores singulares, isolados, não têm forma de alcançar estes nobres objetivos sozinhos, teve início em 2018 o Projeto BOND da UE, com o objetivo de gerar maiores níveis de organização e trabalho em conjunto e, a longo prazo, também de desenvolver na Europa um setor agrícola mais saudável e em harmonia. Para tal, o BOND reuniu 17 parceiros de 12 países europeus e recebeu fundos do programa de Investigação e Inovação comunitário Horizonte 2020.

Nesta perspetiva, foi objetivo geral do BOND contribuir diretamente para libertar o potencial das entidades e grupos constituídos por agricultores e gestores do espaço rural, ao mesmo tempo que reforça e faz crescer a sua ação coletiva e o seu trabalho em conjunto, em

determinados países da Europa, com vista à criação de organizações dinâmicas e eficazes, dotadas de presença e voz na definição das políticas.

O projeto BOND apoiou o desenvolvimento de competências nas comunidades rurais, em particular, mediante a promoção do debate e da partilha de experiências de ação coletiva nas áreas da agricultura sustentável, do acesso aos mercados e da sustentabilidade ambiental. Através dos benefícios advindos de trabalhar em conjunto com outras pessoas, alargando as interações com múltiplos intervenientes, o projeto ajudou a fomentar o bem-estar humano, a gestão das paisagens e a celebração da atividade agrícola, bem como a estimular uma forte reflexão acerca da importância do capital social em toda a Europa.

O conceito teórico por detrás do BOND

Ao longo do seu trajeto, através de uma série de atividades e interações complementares e progressivas, o BOND forneceu aos agricultores e às suas organizações e movimentos representantes um conjunto de processos, métodos e ferramentas, acessíveis e de fácil utilização, para construir capacidades de ligação de capital social ao nível micro (*bonding*), meso (*bridging*) e macro (*linking*), tendo em vista a criação de organizações coletivas dinâmicas, fortes e eficazes.

As relações de *bonding* (união) são relações intragrupais entre agricultores, no interior de organizações ou outras coletividades. Estas relações são baseadas na confiança. A existência de grupos fortes pode ajudar os agricultores neles envolvidos a ganhar autoconfiança e conhecimento para uma melhor análise dos seus problemas, tomada de decisões informadas, identificação de soluções e ação coletiva.

As relações de *bridging* (ponte) são relações intergrupais entre organizações de agricultores e grupos estreitamente relacionados. Estas relações permitem que grupos semelhantes de agricultores e gestores do espaço rural se liguem a organizações e redes mais abrangentes, aumentando a sua capacidade para ultrapassar barreiras de mercado, aceder a melhor informação, ganhar poder de negociação e exercer maior influência.

As relações de *linking* (ligação) são relações extragrupais entre organizações e outros intervenientes, como decisores políticos. O estabelecimento de ligações deste tipo com agentes económicos e políticos externos ajuda os agricultores a melhorarem condições, de forma a que as suas organizações possam prosperar, a desenvolverem a sustentabilidade e a avançarem com interesses comuns.

As atividades do BOND foram baseadas na articulação destas relações, desencadeadas através dos seus principais pilares de implementação.

A estratégia de implementação do BOND

A estratégia de implementação do projeto BOND foi baseada em três pilares que se reforçam mutuamente: VER, APRENDER e PARTILHAR.

VER implica "aprender com o sucesso" e começou com uma vasta mobilização de 60 representantes em toda a Europa, predominantemente agricultores e funcionários de organizações de agricultores ou ligadas ao espaço rural. Estes representantes, de 34 nacionalidades diferentes, viajaram para seis países (Noruega, Holanda, Reino Unido, Espanha, Itália e França) para conhecerem casos de sucesso, aprenderem com diferentes formas de coletivo e ação agrícola, e para partilharem conhecimentos.

Na sequência destas visitas de estudo, os participantes reuniram-se no Fórum Inter-regional que teve lugar em Córdoba (Espanha), em setembro de 2018, para partilharem as suas experiências e prepararem o terreno para as fases seguintes do projeto. Córdoba proporcionou também a oportunidade de organizar uma primeira ação de Formação de Formadores, liderada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), onde 20 agricultores, representantes de diferentes países europeus, se reuniram para darem início a uma jornada de aprendizagem sobre a importância da inteligência emocional, do cultivo das capacidades de liderança, da análise organizacional e do diálogo.

Passando ao segundo pilar, **APRENDER**, temos a estratégia que visa "compreender atitudes – superação de fraquezas e obstáculos". Para este efeito, a Universidade de Córdoba desenvolveu e testou, em vários países parceiros, uma metodologia de análise de problemas e necessidades, bem como de criação, de forma participativa, de planos de ação coletiva capazes de reforçar as estratégias de *bonding*, *bridging* e *linking* das organizações. Os resultados obtidos revelaram temas de discussão relevantes, abordados nos Workshops Nacionais que foram realizados ao abrigo do projeto em 10 países.

O terceiro pilar, **PARTILHAR**, abordou novas formas de interação, como p. ex. técnicas de gamificação, entre os agricultores e outros intervenientes, como decisores políticos. Este pilar tem como objetivo "a afirmação de uma posição no panorama político" e envolveu a análise de boas práticas constantes dos quadros regulamentares de vários países europeus, uma "experiência laboratorial" na Moldávia e quatro Mesas Redondas dedicadas à discussão de políticas regionais (uma delas organizada em Portugal), onde se procedeu ao debate de temas relevantes para os agricultores e se procedeu à criação de um conjunto de recomendações para a melhoria das políticas públicas para o setor.

Paralelamente a cada um destes pilares, procedeu-se ao desenvolvimento de um conjunto de material formativo, bem como à condução de diversas sessões de formação de formadores, em diferentes locais, com vista à formação de líderes agrários e ao melhoramento do desempenho e reforço da capacidade de negociação das suas organizações. Isto é, material e ações dedicadas à promoção do desenvolvimento e do fortalecimento das organizações de agricultores.

Posteriormente, no capítulo 5, discutimos, em pormenor, as iniciativas desenvolvidas ao abrigo destes três pilares em Portugal e Espanha. Começamos por contextualizar os movimentos coletivos de ambos os países, bem como por caracterizar os seus setores agrícolas – em particular, no que concerne à agricultura familiar e camponesa – bem como das suas realidades políticas e socioeconómicas, cujo conhecimento é necessário para a compreensão do fluxo de atividades do projeto BOND e dos seus objetivos, resultados e recomendações para desenvolvimento futuro.

2. Ação Coletiva e Agricultura Familiar em Portugal e Espanha

PORTUGAL

Nos últimos 50 anos, houve dois processos que influenciaram de forma decisiva a evolução económica e política de Portugal: a revolução de 25 de abril de 1974, que pôs termo a um período de 48 anos de ditadura, e a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. Estes acontecimentos tiveram impactos significativos tanto no setor agrícola

como nas formas de ação coletiva. É necessário recuar até aos anos 50 para compreender melhor estas transformações.

Na altura, a posse da terra era um fator preponderante na determinação das relações de poder no setor agrícola e no mundo rural. Existiam dois tipos principais de agricultura: as grandes propriedades dos "Campos do Sul" (no Ribatejo, Alentejo e Oeste) e as pequenas propriedades agrícolas familiares, que, apesar de espalhadas por todo o país, eram mais comuns na região Norte e Centro¹.

Nos campos do Sul, as terras encontravam-se divididas em grandes propriedades que constituíam o elemento central da organização socioeconómica. A maior parte da população agrícola ativa era constituída por trabalhadores assalariados temporários que viviam permanentemente sob a ameaça do desemprego.

Adicionalmente, a ditadura (1926-1974) dissolveu os sindicatos de trabalhadores rurais surgidos em consequência da colocação da terra em primeiro plano do debate social pela Primeira República (1910-1926). A ditadura exerceu uma forte repressão dos movimentos de trabalhadores que protestavam melhores salários e condições de vida. Não obstante, existiram sempre no Alentejo focos de conflitos entre grandes latifundiários e trabalhadores assalariados. Apesar da repressão exercida pelo regime, também na agricultura familiar se verificaram movimentos e ações de luta, em virtude dos baixos rendimentos que se verificavam devido à falta de mercados e de justiça social. As lutas de resistência contra as várias tentativas de ocupação dos baldios² pelo Estado Novo e pelo seu retorno às comunidades, especialmente no Norte e Centro do país, foram marcadamente ativas e prolongadas, devido à importância destas terras para os agricultores familiares.

CRONOLOGIA

- 1950** 47% da população ativa empregada na agricultura.
- 1960** A industrialização desencadeia uma migração maciça das zonas rurais para as urbanas. O emprego nas zonas rurais aumenta e os trabalhadores começam a exigir melhores salários e condições.
- 1962** Grandes greves no Alentejo, por melhores salários.
- 1972** Manifestação de 1000 agricultores em Paredes por melhores preços para o leite e a carne. Seguem-se mais greves nos dois anos seguintes, por todo o país...
- 1974** A ditadura cai e começa a democratização, que traz consigo o reconhecimento do direito de associação. Surgem importantes movimentos populares, com a criação de várias organizações de agricultores.
- 1975** No sul do país, os trabalhadores agrícolas ganham acesso à terra para produzir, organizando-se em 500 unidades de produção coletiva, assim concretizando a Reforma Agrária.
- 1977** A situação política evolui no sentido da liquidação destas unidades de produção geridas por coletivos de trabalhadores.

¹ Fernando Oliveira Baptista, *Análise Social*, vol. XXIX 128, (4.ª), 1994, 907-921.

² Baldios são terras possuídas e geridas por uma comunidade local que possui o direito de as utilizar em seu benefício, de acordo com as tradições e costumes. Os baldios são frequentemente utilizados para apascentar gado, recolher lenhas, etc., revestindo-se assim de grande importância para os agricultores.

- 1978** É criada a **CNA**, que veio reunir muitos movimentos sociais agrícolas a nível nacional e fortalecer a sua representação perante o poder político.
- 1986** Portugal entra na **Comunidade Económica Europeia (CEE)**, ganhando assim acesso a uma política agrícola comum, à abertura de mercados e subsídios agrícolas.
- 1992** A CNA passa a integrar a **Coordination Paysanne Européenne (CPE** – hoje em dia denominada **Coordenadora Europeia Via Campesina**). Em conjunto com outras organizações semelhantes (como a COAG e a SLG), a CNA participa na primeira grande manifestação em defesa da agricultura familiar.
- 1993** Através da CPE, a CNA toma parte na criação da **La Via Campesina**, um movimento internacional que reúne mais de 160 organizações de 73 países, em representação de cerca de 200 milhões de agricultores.
- 1996** A CNA inaugura a sua representação permanente em Bruxelas, para manutenção de contacto regular com as instituições europeias.

Hoje em dia, a ação coletiva destes movimentos tornou possível fazer chegar a voz dos agricultores aos decisores políticos, a nível comunitário e internacional. Entre os seus grandes sucessos, conta-se a aprovação formal da Declaração sobre os Direitos de Camponeses, Camponesas e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais³ pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2018. Esta conquista foi resultado de uma luta coletiva iniciada pela Via Campesina, 17 anos antes, e que tem vindo a conhecer o apoio de muitas organizações internacionais.

A CNA é também parte da **Plataforma de Camponeses da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁴ (CPLP)**, que teve uma palavra a dizer no desenvolvimento de importantes instrumentos para a valorização da agricultura familiar na região, tais como a Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar e as diretrizes para o apoio e promoção da agricultura familiar nos Estados-membros da CPLP⁵.

A nível nacional, a CNA ganhou reconhecimento institucional, em virtude da sua representatividade e capacidade de ação. A Confederação, que reúne mais de 50 organizações de agricultores do país e possui estatuto de utilidade pública, encontra-se presente em vários grupos consultivos do Ministério da Agricultura, participa no Conselho Económico e Social e é recebida e consultada pelos diferentes órgãos de soberania (Presidente da República, primeiro-ministro, Comissão de Agricultura da Assembleia da República, etc.)

A CNA integra também a rede **REALIMENTAR**, uma iniciativa da sociedade civil, que constitui espaço de diálogo, articulação de esforços, recursos e ações para intervenção nos processos de formulação e decisão de políticas públicas, nacionais e internacionais, relacionadas com Nutrição e Soberania e Segurança Alimentar e com o Direito Humano à Alimentação.

³ Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses: <https://www.geneva-academy.ch/joomlafiles/docman-files/UN%20Declaration%20on%20the%20rights%20of%20peasants.pdf>

⁴ <https://www.cplp.org/>

⁵ “Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar”, *site da CPLP*, 7 de fevereiro de 2008. <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=5610&M=NewsV2&PID=10872>

ESPAÑA

Existe registo de formas de ação coletiva em zonas rurais ao longo da história de Espanha, país onde sempre existiu, culturalmente, um forte sentido de cooperação entre famílias e bairros. No início da Segunda Guerra Mundial, tinham sido coletivizados 5,7 milhões de hectares de terra como consequência da reforma agrária desenvolvida pelo governo democrático. Esta política pública foi desmantelada no decurso da ditadura (1936-1975), que promoveu um processo de expropriação de terras por "utilidade social" (conforme denominava o regime), impulsionado por uma ocupação direta e organizada das terras.

Na verdade, no final da guerra civil, a economia espanhola encontrava-se em ruínas, com a agricultura a experimentar uma situação muito difícil. A política do novo regime foi caracterizada por uma tentativa de estabelecer um abastecimento mínimo e regular de alimentos, através do reforço da agricultura tradicional, e, ao mesmo tempo, de erradicar quaisquer tentativas de ação coletiva. Pelo contrário, a ditadura desenvolveu reformas destinadas a manter a força de trabalho no campo e a servir os grandes latifundiários.

CRONOLOGIA

- 1950-** Migração crescente de camponeses para as cidades, num processo que ficou
- 1960** conhecido como “estampida de la desesperanza”⁶.
- 1960** O recenseamento agrícola estima que os agricultores representem 41,3% da força de trabalho total do país.
- 1961** Acelerada pela industrialização, a migração camponesa aumenta de forma muito rápida e desordenada.
- 1969** Estima-se que os agricultores constituam 29,3% da força de trabalho total do país. Espanha começa a dividir-se em duas zonas: uma delas industrial, no Norte-Nordeste, e outra agrícola, no Sul-Interior-Oeste.
- 1971** Os Comités de Ajuda à Luta Camponesa, criados por iniciativa da União do Povo Galego, dão origem às **Comissões Labregas**.
- 1972-** A Lei Sindical permite certo nível de democratização local. Os agricultores
- 1974** começam a mobilizar protestos, estabelecendo em diversas comarcas sindicatos de agricultores e trabalhadores rurais com características comuns: democráticos, independentes, unitários e liderados por trabalhadores agrícolas.
- 1974** Primeiro congresso do **Sindicato de Obreros del Campo**. Seguem-se ocupações de terras e outras formas de ação direta em várias regiões de Espanha.
- 1975** Morte do ditador.
- 1976-** Constituição formal da **Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y**
- 1977** **Ganaderos (COAG)**, que organiza um bloqueio generalizado pelo país.
- 1986** Espanha adere à CEE e começa a reestruturar o seu setor agrícola. Não obstante, a cada ano desaparecem 150.000 explorações.
- 1989** Tem lugar em abril a primeira de muitas mobilizações agrícolas, organizadas pela COAG. Em outubro, a **Cáritas** organiza um Encontro para o Futuro do Meio Rural,

⁶ É possível encontrar informações mais detalhadas acerca deste momento da história no livro de Amalio Rivera del Castillo, *Estampida de la Desesperanza*, (Madrid: Editorial Pastoriza, 1970). O termo pode ser traduzido como “debandada do desespero”.

em El Escorial (Madrid), com mais de 600 representantes de organizações locais e nacionais.

- 1990s** Crise agrícola. Em 1992, apesar das melhorias verificadas a níveis de infraestruturas e comunicações nas zonas rurais a população agrícola ativa cai para 9% e o setor agrícola é reduzido para 4,1% do total nacional.
- 1992** Um simpósio organizado pela Cáritas, dedicado ao 'Futuro do Meio Rural Espanhol', leva à constituição da **Plataforma Rural** de Espanha.
- 1993** **La Via Campesina** é fundada na Bélgica.
- 1996** A Cimeira Mundial da Alimentação define a soberania alimentar como um direito global.
- 2000** A população agrícola ativa encontra-se em 7%.
- 2004** A população agrícola ativa encontra-se em 5%. No mesmo ano, a Plataforma Rural realiza em El Escorial o seu IV Fórum, com vista a uma melhor coletivização e cooperação e a organizar a luta contra os transgénicos pela soberania alimentar e a agricultura biológica.
- 2007** Na sequência do Fórum Mundial realizado em Nyéléni, Mali, a Plataforma Rural começa a estruturar alianças locais com vista a um trabalho conjunto em questões como a soberania alimentar, cadeias curtas de abastecimento alimentar e regulamentos mais favoráveis à atividade dos produtores camponeses.
- 2008** A emergência dos agrocombustíveis conduz a uma crise alimentar sem precedentes.
- 2009** Tem início no Sul da Europa uma das piores crises económicas de sempre, afetando Espanha, entre outros países.

Nos últimos 10 anos, o setor agrícola espanhol tem sido marcado por um aprofundar das suas crises de sustentabilidade e rentabilidade. A dispersão das explorações agrícolas de pequena e média dimensão é uma tendência.

Por outro lado, as políticas promovidas ao abrigo do [Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana](http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/)⁷ têm vindo a levar ao desenvolvimento e reforço de importantes inovações no âmbito dos sistemas agroalimentares sustentáveis, tendo igualmente havido lugar para novas formas de organização e articulação multilateral, no espírito da Plataforma Rural. Foram desenvolvidas plataformas de Soberania Alimentar a nível local e regional, verificando-se também uma proliferação de articulações de cadeias curtas de abastecimento alimentar em torno de sistemas agroecológicos (por exemplo, "Alimentando Córdoba", uma iniciativa promovida pelo Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses - ISEC, da Universidade de Córdoba).

As cooperativas e sindicatos clássicos, baseados em estruturas hierárquicas e orientadas para os sistemas agroalimentares industriais, começaram a ser contestados por novas formas de articulação e organização sindical, baseadas em princípios diferentes, como a democracia radical, a perspetiva ecofeminista e a economia solidária, que, apesar do seu reduzido impacto no sector agrário, começaram a apontar importantes desafios e inovações (por exemplo, o Sindicato Labrego Galego e a Coordinadora Campesina del País Valenciá – COAG).

⁷ <http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/>

2.1. Agricultura Familiar

Caixa: Agricultura Familiar (incluindo todas as atividades agrícolas centradas na família) é qualquer forma de organização, administração ou gestão agrícola, silvícola, piscatória, pecuária ou aquícola conduzida por uma família, dependendo predominantemente do capital e do trabalho dos membros dessa família, tanto homens como mulheres. A família e a exploração agrícola encontram-se interligadas, evoluem em conjunto e combinam funções económicas, ambientais, sociais e culturais⁸.

Num mundo em que a pressão de alimentar uma população em crescimento⁹ com produtos nutritivos, acessíveis e em quantidade suficiente é cada vez maior, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental, tanto pela sua natureza ecológica como pelo seu alcance em termos de produção e território.

Pela sua natureza multidisciplinar e multifuncional, a agricultura familiar é mais do que apenas uma forma de produção de alimentos: produz riqueza, respeita a natureza e a biodiversidade, garante a preservação de espécies e variedades indígenas, reforça os sistemas de produção tradicionais, faz uso de práticas amigas do ambiente, preserva a cultura e as tradições e garante a coesão social e territorial.

O modelo agroindustrial atual não responde aos desejos da população e tem vindo a ser gerador de desigualdade. A fome e a subnutrição continuam a aumentar no mundo, juntamente com o desperdício¹⁰ e as doenças ligadas à alimentação. Também a pressão sobre os recursos naturais está a aumentar.

O plano da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (UNDF) 2019-28 declara: "Para alimentar o mundo de forma sustentável, é necessária uma mudança urgente e radical nos nossos sistemas alimentares... não há nada mais próximo do paradigma da produção alimentar sustentável do que a agricultura familiar".¹¹

Este reconhecimento a nível internacional foi primeiramente materializado através da declaração de 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar e posteriormente reafirmado com a aprovação da UNDF 2019-2028. A ONU considera esta década uma oportunidade extraordinária para realizar os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), focando as suas intervenções na agricultura familiar.

Caixa: Alguns números da agricultura familiar

Para melhor se compreender a escala e a importância da agricultura familiar, apresentamos alguns dados que refletem a sua presença global, na Europa e, mais especificamente, em Portugal e Espanha.

Segundo dados da FAO, pelo menos 90% das explorações agrícolas do mundo são explorações familiares, responsáveis por 80% da produção mundial de alimentos, em termos de valor¹².

Na UE, as explorações agrícolas familiares dominam o sector agrícola em termos de quantidade e da sua contribuição para o emprego na agricultura. Em 2016, existiam 10,5 milhões de explorações agrícolas na UE, sendo a grande maioria delas (95,2%) classificadas como explorações agrícolas familiares¹³.

⁸ Definição da FAO. É possível saber mais sobre agricultura familiar em <http://www.fao.org/family-farming/home/en/>

⁹ Estima-se que, em 2050, a população mundial seja de 9,5 mil milhões de pessoas (ONU, 2017)

¹⁰ Desperdiça-se cerca de 1 milhão de toneladas de alimentos por ano em Portugal

Baptista et al, *Do campo ao Garfo. Desperdício Alimentar em Portugal*, (Lisboa: CESTRAS, 2012)

¹¹ Do prólogo do relatório, pelo antigo Diretor Geral da FAO, José Graziano da Silva, e pelo presidente do IFAD, Gilbert F. Houngbo, UNDF 2019-2028,

¹² [FAO. The state of Food and Agriculture. Innovation in Family farming. \(Roma: FAO, 2014\)](#)

¹³ Eurostat, *Agriculture statistics - family farming in the EU* (2016): https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Agriculture_statistics_-_family_farming_in_the_EU#Structural_profile_of_farms_-_analysis_for_the_EU

Este número seria duplicado se as explorações de dimensões mínimas fossem consideradas para fins estatísticos.

Dos 25,5 milhões de pessoas da UE com emprego regular no setor agrícola, 24 milhões trabalham em explorações agrícolas do tipo familiar.

Mais de 140 milhões de pessoas, 28% da população da UE, habitam zonas rurais e beneficiam, direta ou indiretamente, da existência desta agricultura camponesa.

Hoje em dia, a maioria dos 500 milhões de consumidores europeus é alimentada por produtos com origem na agricultura familiar camponesa.

2.2. Agricultura Familiar em Portugal e Espanha

PORTUGAL

Os dados relativos à agricultura portuguesa não constituem exceção relativamente à média europeia, com a agricultura familiar a desempenhar um papel predominante, tanto em termos de número de explorações, como de postos de trabalho.

No país, a agricultura familiar representa 241.000 explorações agrícolas – ou seja, 93% do total, cobrindo 54% (1,9 milhões de hectares) da superfície agrícola utilizada e mais de 80% da totalidade do emprego associado à agricultura¹⁴.

Mas a importância da agricultura familiar não se limita a dados estatísticos. Trata-se de uma atividade fundamental para a sustentabilidade da vida, para uma população melhor alimentada, para a preservação do ambiente e como património cultural. Num contexto de desertificação humana de vastas áreas rurais, a agricultura familiar é crucial para a coesão territorial e para manter vivo o mundo rural português.

No entanto, a Agricultura Familiar tem sido fortemente penalizada nas últimas décadas, com rendimentos reduzidos e alterações negativas à estrutura fundiária. Após a entrada de Portugal na CEE, só entre 1989 e 2016, foram eliminadas 315.105 explorações agrícolas, a um ritmo de 1,33 explorações por hora (as explorações até 5 hectares foram as mais afetadas, com uma queda de 62,9%).

Ciente da necessidade de valorizar e defender a Agricultura Familiar, a CNA escolheu 2014, Ano Internacional da Agricultura Familiar da ONU, para realizar o seu 7º congresso, em que se aprovou a proposta para o Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa.

Em fevereiro de 2017, numa audiência com a CNA em que também participou o então ministro da Agricultura, o primeiro-ministro comprometeu-se a legislar relativamente ao Estatuto da Agricultura Familiar (EAF), o que aconteceu em agosto de 2018 com a publicação do Decreto-Lei n.º 64/2018¹⁵.

Apesar do importante reconhecimento oferecido por esta lei à agricultura familiar, com o envolvimento de nove ministérios, este é um instrumento que necessita de melhorias adicionais. Por enquanto, poucas das medidas previstas se encontram implementadas.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura à agência noticiosa Lusa, cobrindo o período até 26 de fevereiro de 2020, das 275 candidaturas apresentadas ao Estatuto de Agricultura Familiar, apenas 99 tinham sido aprovadas.

¹⁴ Eurostat, *Farm Structure Survey* (2016): https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Agriculture_statistics_-_family_farming_in_the_EU

¹⁵ Decreto-Lei n.º 64/2018, 7 de agosto de 2018, <https://dre.pt/application/file/a/115933763>

Estes números estão muito abaixo do número de explorações familiares existentes em Portugal. A CNA solicitou ao Governo a criação de políticas públicas e outras medidas concretas, no âmbito deste estatuto, para a devida valorização da agricultura familiar. Caso contrário, este estatuto apenas existirá no papel, servindo de pouco aos agricultores.

Neste contexto, o Estatuto da Agricultura Familiar esteve muito presente em todas as iniciativas do projeto BOND na região, de duas formas. Em primeiro lugar, o movimento associativo camponês em Portugal partilhou a necessidade de desenvolver uma forma de conquistar este importante instrumento. Em segundo, das discussões coletivas resultaram propostas de recomendações políticas para a reforma e melhoramento do estatuto.

ESPANHA

As explorações agrícolas familiares são também prevalentes em Espanha, onde constituem 823.000 (87%) de um total de 945.000 explorações agrícolas, compreendendo 14,1 milhões de hectares da superfície agrícola utilizada, o que corresponde a 13,1% do total da UE.¹⁶

76% das explorações em Espanha têm menos de 10 hectares e 54% têm menos de 5 ha.¹⁷ Em 2009, as explorações de menores dimensões correspondiam a apenas 4,54% da área agrícola de Espanha.¹⁸

Existem diferenças importantes entre as várias regiões. Por exemplo, na Andaluzia, 3,43% do total das explorações tem mais de 100 hectares, correspondendo a 53% da área agrícola. Por outro lado, na Galiza, estas explorações representam 0,32% do total, a que correspondem 7,39% da área agrícola. A Comunidade Valenciana representam 0,56% do número total de explorações e detêm 25% da área agrícola.¹⁹

Enquanto na Andaluzia a superfície média por exploração era, em 2010, de 18 hectares, na Galiza era de 8 hectares e na Comunidade valenciana, de 5,5 hectares.

72% das explorações agrícolas de Espanha assentam em trabalho familiar.

3. A Agricultura e as Políticas Alimentares na Europa

Caixa: **Objetivos específicos da PAC, definidos pelo Tratado de Roma:**

1. Incrementar a produtividade agrícola, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional dos fatores de produção, designadamente da mão-de-obra;
2. Assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola;
3. Estabilizar os mercados;
4. Garantir a segurança dos abastecimentos;
5. Assegurar preços razoáveis aos consumidores.

Apesar dos seus nobres objetivos, 63 anos após a assinatura do Tratado de Roma, que criou a CEE e a PAC, os impactos das políticas agrícolas, comerciais e alimentares nas zonas rurais e respetivas populações não são os esperados.

¹⁶ Eurostat, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas* (2016)

¹⁷ [FAO. *The state of Food and Agriculture. Innovation in Family farming*. \(Roma: FAO, 2014\)](#)

¹⁸ [INE. *Censo Agrario 2009*. \(Madrid: INE, 2009\)](#)

¹⁹ [Carles Soler e Fernando Fernández. *Acaparamiento de Tierras en España*. \(Bilbao: Fundación Mundubat e Revista Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas, 2015\)](#)

Apesar de garantirem uma parte significativa da alimentação dos europeus, as explorações agrícolas familiares têm vindo a desaparecer a um ritmo alarmante na Europa, com as que resistem a enfrentar grandes dificuldades, incluindo o acesso aos mercados e a dificuldade de encontrar pontos de venda para a sua produção a preços equitativos. Isto compromete o direito destes agricultores a viver e trabalhar condignamente.

Apesar dos apoios da PAC, destinados a compensar os rendimentos dos agricultores, em 2017, estes auferiram, em média, menos de metade do que poderiam ter conseguido noutros empregos.

A intensificação da produção, a orientação para a produtividade e os incentivos destinados a concentrar a utilização da terra levaram a uma expulsão continuada dos camponeses das zonas rurais e, por conseguinte, a que nestas se instalasse uma grave crise.

Não é coincidência que as explorações agrícolas não familiares controlem mais de um terço (37,7%) do total da superfície agrícola utilizada da EU, apesar de representarem menos de 5% do total de explorações.²⁰

Entre 2005 e 2016, desapareceram 4,2 milhões de explorações agrícolas nos Estados-membros da UE. A vasta maioria destas (cerca de 85%) eram pequenas explorações familiares com menos de 5 hectares,²¹ o que representa um decréscimo de cerca de um quarto em somente 10 anos.

O facto de, em 2016, quase um terço dos agricultores dos 28 Estados-membros da UE terem 65 ou mais anos de idade é outra questão importante.²² Há muito que a falta de renovação geracional no setor agrícola foi identificada como consequência concreta da PAC. Este fenómeno representa um sério risco para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das zonas rurais.

Apoiar a agricultura familiar não era uma das prioridades da PAC. A própria Comissão Europeia assume que 80% dos seus apoios são pagos a 20% dos agricultores, detentores de grandes explorações. Na Andaluzia (Espanha), por exemplo, quatro das sete maiores explorações da região recebem entre 3 e 8 milhões de euros de ajudas públicas da PAC, ao passo que o valor médio recebido da PAC pelos agricultores em Espanha é de 5.328 euros por ano²³.

Em 1986, o mesmo ano em que Portugal e Espanha aderiram à CEE, tiveram início as negociações da oitava ronda do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (em inglês, General Agreement on Tariffs and Trade, GATT), incluindo o setor agrícola. Este acordo deu origem à atual Organização Mundial do Comércio (OMC), liberalizou o comércio internacional e aumentou a pressão competitiva sobre a agricultura.

Existem atualmente cerca de 100 acordos comerciais em vigor na UE, em processo de negociação ou atualização. Neste contexto de comércio livre e globalizado, os agricultores continuam a ser meros fornecedores de matérias-primas a preços baixos. Esta situação é agravada pelo facto de estes acordos proverem as bases dos tribunais arbitrais, que podem

²⁰ Eurostat, 2016.

²¹ Eurostat, 2016.

²² Eurostat, 2016.

²³ Ferran García, ¿Quién ha recibido más subvención de dinero público a través de la PAC en 2015? (Barcelona: VSF – Justicia Alimentaria, 2015)

julgar e condenar Estados ao mesmo tempo que protegem os investimentos das grandes multinacionais.

3.1. A PAC em Portugal e Espanha: Impacto na Agricultura Familiar

PORTUGAL

Na altura da adesão de Portugal à CEE, a agricultura nacional era baseada em organizações familiares, com uma estrutura produtiva dominada pelas pequenas explorações. Uma importante parte da produção destinava-se ao autoconsumo e consistia em culturas mediterrânicas, como frutos, legumes, vinho e azeite.

A adesão de Portugal deu-se numa fase dominada pela liberalização dos mercados agrícolas a nível mundial e, por esse motivo, por uma redução progressiva dos preços. O já frágil sector agrícola nacional teve também de enfrentar também as dificuldades da própria CEE no escoamento da produção. Existia uma necessidade urgente de ajustar preços, de modo a equilibrar a oferta com a procura.

Num contexto de produção excedentária em que a prioridade era não produzir, a agricultura portuguesa começou a declinar. A situação foi agravada por problemas relacionados com a PAC, que fora criada sem ter em conta a capacidade produtiva e outras especificidades de cada país. Após a adesão à UE, o equilíbrio agroalimentar nacional piorou, tanto pela necessidade de reestruturação das explorações agrícolas como devido ao mercado comum (por aplicação linear da política de redução dos excedentes de produção).

Os pagamentos aos agricultores foram progressivamente desfasados da produção e substituídos por ajudas diretas ao rendimento. O desânimo começou a reinar nas zonas rurais e, ainda hoje, as consequências são enormes.

Défice agroalimentar: A produção agrícola nacional teve um crescimento inferior ao do abastecimento alimentar, tendo o défice agroalimentar aumentado em 80 milhões de euros em 2018, permanecendo num valor excessivo, de 3705,8 milhões de euros²⁴, ameaçando a qualidade, segurança e soberania alimentar de Portugal.

Maior concentração das terras: A superfície média das explorações agrícolas cresceu de 6,7 ha em 1989 para 14,1 ha em 2016²⁵.

Falta de equidade nos apoios: Em 2015, as explorações mais pequenas (<5 ha) representavam mais de 65% dos beneficiários, mas receberam menos de 13% do total dos apoios concedidos. No extremo oposto, menos de 2% das explorações (as maiores) receberam mais de 33% do total das subvenções consideradas. O número de beneficiários da PAC diminuiu 12% em Portugal Continental entre 2009 e 2015, com o desaparecimento de 21.818 beneficiários de explorações mais pequenas (<5 ha), uma perda de quase 20% dos agricultores desta categoria²⁶. No mesmo período, apenas as explorações com Valor de Produção Padrão (VPP) inferior a 4.000 euros – as mais pequenas – perderam beneficiários, com quase 25% das

²⁴ INE, Estatísticas Agrícolas - 2018, (Lisboa: INE, 2019):

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=358629204&PUBLICACOES_mod=2

²⁵ INE, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas - 2016*, (Lisboa, INE, 2017):

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277088793&PUBLICACOES_mod=2

²⁶ Pedro Santos, Cláudia Filipe e Paula Antunes, *Voz da Terra n.º 84 - PAC pós-2020* (Coimbra: CNA, 2018), 19

explorações consideradas muito pequenas a desaparecerem. O aumento da área mínima para acesso aos apoios, implementado em Portugal pela reforma da PAC de 2013, contribuiu substancialmente para isto.

Em 2015, a média dos pagamentos diretos realizados aos agricultores em Portugal era de 186 €/ha, face aos 256€/ha de média da UE²⁷.

Encerramento de explorações agrícolas: Entre 1998 e 2016, desapareceram mais de 300.000 explorações agrícolas (a maioria das quais menores do que 5 ha), marcando um abandono do mundo rural (INE).

Baixos rendimentos agrícolas e dificuldades de escoamento: Nas últimas décadas, verificou-se um acelerar da implantação de grandes hipermercados em Portugal que, hoje em dia, estima-se, controlam cerca de 85% das vendas totais de produtos agroalimentares, promovendo importações desnecessárias, reduzindo os preços na produção e especulando também junto do consumidor.

Em 2017, por exemplo, o preço da batata no produtor atingiu os 0,05 €/kg, quando os custos de produção foram de 0,20 €/kg. Este facto não se traduziu, no entanto, em preços mais baixos para o consumidor.

Segundo dados oficiais, a distribuição do valor ao longo da cadeia de abastecimento agroalimentar é a seguinte: por cada 100 € pagos pelo consumidor, 50 € vão para a distribuição, 30 € correspondem à transformação e apenas 20 € vão para o agricultor. Se considerarmos que 75% da parte do agricultor correspondem a custos de produção, o agricultor e a sua família ficam com apenas 5 €²⁸.

Envelhecimento da população agrícola: Os baixos rendimentos da atividade agrícola tornam-na pouco atrativa para os jovens e dificultam a renovação do tecido agrícola das zonas rurais. Os agricultores portugueses são os mais velhos da EU-28, com uma média de idades de 65 anos²⁹.

Os acordos comerciais bilaterais com países terceiros têm agravado ainda mais a situação da agricultura familiar. A reforma da PAC de 2013 não respondeu às necessidades mais urgentes no que diz respeito a estabilização dos mercados, melhoria dos rendimentos dos agricultores, especialmente nas pequenas e médias explorações, apoio a uma agricultura mais amiga do ambiente, melhor distribuição dos apoios e valorização daqueles que produzem.

ESPAÑA

A situação em Espanha é heterogénea relativamente à aplicação da PAC, relativamente aos pagamentos diretos e a aplicação dos fundos de desenvolvimento rural. Por exemplo, os dados relativos às pessoas abrangidas pelo Regime Especial da Agricultura, Pecuária e Pesca mostram que, entre 2009 e 2019, houve um decréscimo de 12% em todo o país, atingindo os 36%³⁰ na Galiza.

Outros dados indicativos da heterogeneidade deste período mostram terem sido apresentados quase 700.000 pedidos de apoio da PAC em Espanha, ao mesmo tempo que existem menos de

²⁷ Pedro Santos, Cláudia Filipe e Paula Antunes, *Voz da Terra n.º 84 – PAC pós-2020* (Coimbra: CNA, 2018), 14

²⁸ Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, *CULTIVAR: Cadernos de Análise e Prospectiva n.º 3* (Lisboa: GPP, março de 2016)

²⁹ INE, *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas – 2016*, (Lisboa, INE, 2017)

³⁰ Ministerio de Trabajo, Migraciones y Seguridad Social

300.000 pessoas registadas no SETA (o sistema especial da Segurança Social para trabalhadores agrícolas e pecuários por conta própria). Na Galiza, foram apresentados 26.805 pedidos, quando existiam 29.013 pessoas abrangidas pelo SETA. A dimensão das explorações agrícolas é muito variável, pelo que o valor médio da subvenção básica por beneficiário também varia fortemente (país: 4.011 €, Galiza: 2.699 €).

No entanto, tal como acontece no resto da UE, a aplicação da PAC tem-se traduzido numa redução dos trabalhadores agrícolas em Espanha. A PAC tem sido um fracasso em termos da manutenção da agricultura familiar ou do estabelecimento de rendimentos dignos para os produtores de alimentos. Problemas comuns incluem a falta de acesso à terra, a sementes, crédito, mercados justos, perda da capacidade de decidir o que e como produzir (integração da agricultura e da pecuária). É cada vez mais difícil cobrir os custos de produção e cada vez mais os agricultores têm de produzir mais para ganhar menos.

As discussões da PAC quase sempre andam em torno dos subsídios recebidos pelos agricultores e outros habitantes das zonas rurais. No entanto, é mais importante examinar de que formas tem influenciado cada país a aplicação do Regulamento 1308/2013, que estabelece uma organização dos mercados de produtos agrícolas. Este Regulamento serve como base para decisões importantes, com efeitos não meramente orçamentais, mas também sobre a intervenção pública, armazenagem privada, programas operacionais para o setor das frutas e legumes, autorizações de plantação, regulamentos de importação e exportação, Denominações de Origem (DO) e Indicações Geográficas Protegidas (IGP), organizações de produtores, organizações interprofissionais, sistemas contratuais, regras de concorrência e contratos.

Estas, entre muitas outras questões que fazem parte dos regulamentos da PAC atualmente em negociação, são aquilo que realmente importa, não os subsídios. Os regulamentos sugerem que mediante a criação de organizações de produtores para efeitos de gestão do relacionamento com as cadeias de distribuição e de negociação de contratos estáveis com a indústria, os agricultores conseguem um melhor controlo sobre os preços, a produção e os mercados. Mas a realidade do setor leiteiro galego mostra que acontece o oposto: a tomada de decisões e o poder sobre os mercados encontra-se desequilibrado a favor da indústria e afastado das organizações de produtores. Em cada contrato, é a indústria que determina que quantidades os agricultores são autorizados a produzir, bem como o preço a que podem vender.

Adicionalmente, as opiniões são praticamente unânimes relativamente a existir uma má distribuição dos fundos. Tanto a Comissão Europeia como o Parlamento Europeu e o Tribunal de Contas Europeu admitem a existência de problemas.

Em Espanha, como noutros países, a distribuição dos fundos do primeiro pilar da PAC, com base em referências históricas, criou problemas na produção e às novas explorações agrícolas. Toda uma série de pagamentos depende da existência destas referências, motivo pelo qual algumas explorações não recebem nada (para os jovens, por exemplo, o apoio redistributivo não tinha sido implementado em Espanha). O pagamento por hectare para cumprir o mandato da OMC também é prejudicial para as explorações de muito pequenas dimensões, uma vez que o

pagamento médio na Galiza é de 187,26 €/ha.

Também os fundos do segundo pilar (desenvolvimento rural) têm sido alvo de uma aplicação variável. Há anos que se encontram implementadas na Galiza medidas de apoio aos jovens, a planos de melhoramento, agroambientais, ou pela agricultura biológica. Todas estas medidas teriam de ser melhoradas, de diversas formas, para serem capazes de servir os objetivos dos Planos de Desenvolvimento Rural. No caso das medidas agroambientais, referentes à agricultura biológica e a áreas desfavorecidas, o pagamento é realizado por hectare, pelo que o problema é sempre o mesmo para as pessoas que detêm explorações com superfícies muito reduzidas. É necessário um compromisso determinado e fundos adicionais para resolver verdadeiramente os problemas das zonas rurais.

Os resultados da PAC geraram em Espanha uma situação quase idêntica à de Portugal. 43% das pequenas e médias explorações agrícolas da região de Málaga cessaram a sua atividade nos últimos 10 anos³¹, não sendo esta a única província afetada.

Em muitos casos, podemos atribuir a responsabilidade por este processo à absorção e concentração das cadeias de abastecimento alimentar por empresas multinacionais e à sua posição estratégica enquanto intermediárias entre produtor e consumidor. Em 2015, por exemplo, 73,7% das compras de alimentos das famílias espanholas foram realizadas em supermercados, hipermercados e lojas de desconto³², sendo que os cinco maiores operadores deste setor representaram 50,4% da quota de mercado.³³ Os poderes políticos impuseram requisitos de abastecimento, preço e condições de pagamento que as pequenas e médias explorações agrícolas têm dificuldade em satisfazer.³⁴

4. Fluxo Regional das Atividades BOND

Uma vez estabelecido o contexto do setor agrícola e da ação coletiva nos dois países, bem como os impactos das diferentes políticas, passamos a apresentar as principais atividades que conduzimos na região. Os respetivos temas, bem como os resultados obtidos, encontram-se intrinsecamente relacionados com o cenário que apresentámos anteriormente.

O desenvolvimento das atividades foi levado a cabo em três fases principais:

- VER permitiu a partilha de conhecimento entre parceiros, regiões e países, para uma maior consciencialização dos participantes na iniciativa BOND;
- APRENDER estabeleceu metodologias participativas com vista a reforçar redes e fazer face a desafios;
- PARTILHAR consolidou redes e permitiu chegar à criação de recomendações para melhores políticas públicas para o sector agrícola.

³¹ INE, 2015.

³² MAGRAMA, 2016.

³³ Reyes, 2016.

³⁴ Rucabado e Cuéllar, 2018; MAGRAMA, 2006, 2010.

4.1. VER – Aprender com o Sucesso

Visitas de Estudo

Entre fevereiro e abril de 2018, os 60 representantes BOND participaram em visitas de estudo a uma série de países. Agricultores e organizações partilharam conhecimentos e inspirámo-nos nos exemplos uns dos outros para desenvolver novas formas de lidar com os desafios.

De Portugal, participaram nestas visitas de estudo quatro elementos: Laura Tarrafa visitou a Noruega, Joaquim Pífano visitou os Países Baixos e Florence Melen e José Miguel visitaram Espanha. De Espanha, dois participantes, Mireia Gonzales e Dora Cabaleiro, viajaram para o Reino Unido.

Caixa | testemunho:

“A visita de estudo ao País de Gales foi a experiência mais transformadora do projeto BOND, a muitos níveis, mas acima de tudo emocionalmente. Consegui mesmo notar que a língua nunca foi uma barreira e esse é um sentimento de comunhão muito especial. Pude aprender muitas coisas novas: sobre a Land Workers Alliance, a organização que nos recebeu, e o seu funcionamento e, especialmente, sobre a Community-Supported Agriculture (CSAs), de que tinha ouvido falar, mas que não conhecia diretamente. São sistemas de apoio muito interessantes, alguns aspetos dos quais tentámos adaptar ao nosso grupo de certificação em Valência. Muita inspiração sobre novas formas de colaborar.

Creio que a CSA, tanto enquanto conceito como o seu avanço na prática, tem uma capacidade incrível de gerar impacto, e à medida que avançamos na sua construção, vamos conseguindo sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.”

Mireia Gonzales, CCPV-COAG, Valência (Espanha)

Espanha acolheu a primeira visita de estudo em Valência, entre 26 de fevereiro e 2 de março. Foram recebidos 10 representantes do projeto BOND, provenientes de toda a Europa, juntamente com os organizadores do CCPV-COAG, da Universidade de Coventry e outros parceiros de Espanha, como o SLG e a Universidade de Córdoba. A visita permitiu analisar em primeira mão a história e as tradições da agricultura familiar na província de Valência. O seu principal objetivo era explorar exemplos bem-sucedidos de ação coletiva por parte dos agricultores da região.

Resultados das visitas de estudo

Os casos visitados revelaram-se variados e enriquecedores: bancos agrícolas, sistemas participativos de garantia, diferentes tipos de sistemas de abastecimento alimentar de circuito curto (cantinas escolares, grupos de consumidores, mercados de agricultores e a histórica "Tira de Contar") e de alterações regulamentares no sentido de apoiar a produção artesanal. Por fim, pudemos também partilhar a experiência da Plataforma para a Soberania Alimentar da Comunidade Valenciana, que tem trabalhado arduamente para apoiar estas iniciativas.

A característica comum a todas estas ações coletivas é a necessidade de maior envolvimento dos produtores, consumidores, organizações sociais, grupos ambientalistas, meio académico e administração pública. E, como sempre, os seus objetivos comuns e de todo o trabalho realizado em seu redor, são o apoio à agricultura familiar e o aumento da força dos agricultores.

Workshops: Sustentabilidade dos Modelos Alimentares, Comerciais e de Produção

Após as visitas de estudo, os participantes portugueses tiveram a oportunidade de partilhar os seus conhecimentos e experiências em três workshops, dedicados à Sustentabilidade dos

Modelos Alimentares, Comerciais e Produtivos, realizados em Coimbra, a 15 de abril de 2018. Os temas destes workshops foram: Circuitos Curtos; Compras Públicas; e Modelos Organizativos.

Resultados

A partilha de experiências bem-sucedidas permitiu aos participantes discutir quais as políticas públicas necessárias para uma discriminação positiva dos agricultores familiares e inspirar propostas com vista a melhorar o impacto do Estatuto da Agricultura Familiar (EAF).³⁵

Por exemplo, a experiência em Valência forneceu bons exemplos de como as cadeias curtas de abastecimento alimentar podem ajudar a resolver um dos maiores problemas dos agricultores familiares, o acesso aos mercados a preços justos. Além de fornecerem material de fundamento às propostas da CNA para a materialização do EAF, as várias experiências das visitas de estudo serviram também de inspiração ao trabalho conduzido nas organizações dos participantes.

Fórum Inter-regional de Córdoba

Este Fórum Inter-regional foi organizado pela Universidade de Córdoba para aprofundar discussões relativas à ação coletiva a nível europeu. Contou com a participação de elementos e parceiros do projeto BOND de 22 países diferentes, juntamente com elementos de organizações que acolheram visitas de estudo.

Foram organizadas diferentes iniciativas no decurso dos dois dias do fórum, com vista a aprofundar a partilha de experiências e a reflexão coletiva. As atividades conduzidas no decurso do Fórum incluíram:

- exposições coletivas de sementes e produtos típicos regionais;
- breves peças de teatro, representadas pelos participantes, com a finalidade de partilhar e aprender com as experiências vividas por cada um durante as visitas de estudo;
- um plenário, liderado por anfitriões das visitas de estudo, sobre casos de ação coletiva de sucesso;
- um fórum aberto e um World Café dedicados às principais barreiras encontradas pelos participantes à promoção de iniciativas de ação coletiva e ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Resultados do Fórum Inter-regional

Foi possível aprender muito durante o Fórum Inter-regional em relação à agricultura familiar na Europa, especialmente nos países do Sul. Foram colocadas as seguintes questões:

- Quais das ações coletivas que experimentou se revelaram mais satisfatórias para fazer face aos desafios que enfrenta?
- Na sua opinião, que elementos/fatores tornaram estas experiências bem-sucedidas?
- Como pode trazer estes fatores para a sua experiência quotidiana?

³⁵ O Estatuto da Agricultura Familiar (Decreto-Lei n.º 64/2018) prevê o direito dos que se dedicam à Agricultura Familiar a ter acesso a:

e) Aos mercados e aos consumidores, concretizado através do apoio à criação e reativação de mercados de proximidade e de circuitos curtos de comercialização;

f) A um regime específico de contratação pública para fornecimento de proximidade de bens agroalimentares (escolas, hospitais, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Forças Armadas);

O Fórum levantou igualmente uma série de questões importantes que afetam os agricultores familiares:

- Dificuldades na criação de diálogo entre as organizações de agricultores familiares e a Administração Pública;
- Mesmo quando existem nas regiões técnicos e políticos que compreendem a importância da agricultura familiar, existe uma barreira real à ligação do apoio a este importante setor agrícola com as exigências das estruturas reguladoras dedicadas à alimentação;
- O papel fundamental da agricultura familiar no cuidado da Terra e do ambiente, tal como a sua importância social, raramente são reconhecidas;
- A difícil sustentabilidade económica deste tipo de exploração agrícola;
- Dificuldades de envolvimento em iniciativas coletivas, dado que, sempre que um agricultor deixa o seu local de trabalho, isso reflete-se nos seus rendimentos ou representa uma sobrecarga para a sua família;
- Os conjuntos complexos de expectativas que recaem sobre os agricultores (p. ex. quando um agricultor tenta criar iniciativas coletivas com outros agricultores e consumidores, a fim de construir cadeias de abastecimento alimentar curtas e/ou implementar outras inovações ao nível da comercialização dos seus produtos, não é incomum esperar-se que esse agricultor saiba também como cozinhar os legumes que cultiva, as suas características nutricionais, os seus benefícios para a saúde, etc.);
- A vasta gama de tarefas relacionadas com a atividade agrícola, desde a produção à venda, entre outras;
- O envelhecimento da população agrícola e a falta de renovação intergeracional foi considerada um dos principais problemas por todos os participantes. Muitos jovens trocam o campo pelas cidades e aqueles que ficam tendem a procurar emprego noutras áreas. Atualmente, possuir boas condições de vida é visto como algo incompatível com ser-se um pequeno agricultor;
- Estes elementos acabam por originar um processo de abandono, a que se soma o aumento da concentração das terras. Por outro lado, as atividades rurais, especialmente as relacionadas com a educação e o ambiente, atraem cada vez mais crianças e jovens para as zonas rurais, onde podem aprender mais sobre agricultura e o ambiente. E isto é identificado como uma oportunidade para construir novas ligações.

Foram identificados casos de sucesso:

- Criação de um Estatuto da Agricultura Familiar em Portugal;
- Iniciativa relacionada com os quadros regulamentares, em Valência, com vista à adaptação do Decreto 852, relativo à segurança alimentar, ao setor da agricultura familiar;
- Na Andaluzia, esta conquista coletiva refletiu-se num subsídio concedido aos agricultores, que não proprietários de terras, em alturas em que não exista trabalho agrícola a realizar;
- O caso de sucesso identificado na Galiza encontra-se relacionado com a posse de terrenos agrícolas por parte de mulheres, que não possuíam esse direito e entretanto o

adquiriram. Também no resto de Espanha se têm verificado avanços neste campo, graças a iniciativas de ação coletiva.

- Mobilização da CEVC, consistindo em ações relacionadas com apropriação de terras. As organizações de trabalhadores rurais, com o apoio de algumas alianças, colocam as suas exigências perante a UE, sendo o passo seguinte fazê-las chegar às diretivas europeias relacionadas com a posse e gestão de terras.

Caixa: A luta do Sindicato Labrego Galego (SLG) traduz-se na conquista de direitos de propriedade sobre a terra para as mulheres

Em caso de sucessão, a propriedade da terra foi sempre para o primeiro filho do sexo masculino (o chamado *vinculeiro* na Galiza), o que tornava muito difícil para as mulheres possuir terras. Por exemplo: até aos anos 1990, se uma mulher herdasse uma quinta e o seu marido já possuísse outra, ela não poderia ser proprietária da quinta herdada, passando os direitos exclusivamente para o marido.

Graças à luta do SLG, foi alcançada uma Lei da Titularidade Partilhada³⁶ que consagra:

- Administração, representação e responsabilidade pela exploração da propriedade partilhada entre os dois membros titulares.
- Distribuição dos rendimentos em partes iguais.
- Consideração de ambos os proprietários como beneficiários diretos das ajudas e subsídios que forem atribuídos à exploração.
- Contribuição de ambos os membros para a Segurança Social.

Movimentos sociais, de defesa dos direitos e promoção da união entre os agricultores:

- **Coordenadora Europeia Via Campesina (CEVC):** uma rede que trabalha em prol de um futuro no qual os agricultores possam trabalhar e ser remunerados com dignidade e os cidadãos possam ter acesso a alimentos saudáveis e acessíveis, com origem em produtores locais.
- **Movimento Europeu pela Soberania Alimentar:** um movimento de cooperação política internacional que visa a criação de estratégias comuns para uma reorganização da estrutura em torno da alimentação e da agricultura dos dias de hoje. Trata-se do maior movimento internacional com o objetivo de tornar realidade a soberania alimentar na Europa.

Caixa | testemunho:

“O Fórum de Córdoba constituiu um ponto de encontro maravilhoso, com uma gestão impecável, que tornou visível o trabalho realizado nas visitas de estudo, através da partilha de experiências com os outros grupos participantes. No Fórum aberto, pudemos manifestar as emoções que nos movem nos diferentes papéis que assumimos, como trabalhadores da terra, como sindicalistas, como pessoal técnico, como coordenadores... e nas nossas realidades específicas, nos nossos diferentes países.

Foi a festa de celebração do facto de a agroecologia e a soberania alimentar se encontrarem bem vivas e presentes em toda a Europa. O Fórum foi o toque final perfeito para encerrar uma etapa e iniciar a seguinte no projeto BOND”.

Dora Cabaleiro, SLG, Galiza (Espanha)

³⁶ Lei da Titularidade Partilhada (ES): https://www.mapa.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/igualdad_genero_y_des_sostenible/titularidad_compartida/

Formação de Formadores: Fortalecendo os Agricultores através da criação de capital social

Na sequência do Fórum Inter-regional de Córdoba, teve lugar um primeiro programa de formação de formadores, com duração de quatro dias e 20 participantes, organizado e dirigido pela FAO, com o objetivo de desenvolver competências em diversas áreas e fornecer bases para futuros processos de mudança dentro das suas organizações.

Laura Tarrafa, de Portugal, fez parte deste grupo inicial. Além da formação recebida, cada participante desenvolveu um plano de ação. No caso de Laura, este plano focou-se no fortalecimento da participação dos jovens nas organizações de agricultores. No âmbito deste plano, procedeu-se à introdução do tema da juventude aquando da implementação de metodologias e instrumentos participativos no 1º workshop nacional realizado em Portugal.

Posteriormente, com o apoio da FAO³⁷, Laura conduziu uma ação de formação de dois dias, em Coimbra, após a Mesa Redonda Regional, subordinada aos temas "A organização como um grupo: autoconfiança, valores e liderança" e "Visão, avaliação de desempenho e planeamento", definidos de acordo com os objetivos dos formandos e as necessidades das suas organizações.

Entre os participantes, estiveram os representantes do projeto BOND Dora Cabaleiro (Galiza/Espanha), Mireia Gonzalez (Andaluzia/Espanha), Joaquim Pífano e José Miguel Fernandes (CNA).

Resultados

O feedback dos participantes deixou manifesto o interesse em repetir iniciativas semelhantes, consideradas muito importantes para consolidar e desenvolver conceitos de grande importância para o desempenho do movimento associativo nacional e europeu. Um objetivo comum foi proporcionar terreno fértil para as sementes ali recolhidas, com cada participante a desenvolver um plano de ação individual, com o intuito de prosseguir o trabalho no seio das organizações em diferentes regiões.

Caixa | testemunho:

"Participar na formação de formadores, em Córdoba, foi um privilégio. Inicialmente, não percebi bem o que era pretendido com a ação ou de que forma podia contribuir para a minha organização. Era hora de parar e pensar nas nossas organizações, nos elementos que as integram, naquilo que liga estes elementos e em que caminho queremos percorrer juntos.

Mais tarde, em janeiro de 2020, tive o privilégio de ajudar a organizar a formação de formadores para organizações na Península Ibérica e de ministrar parte da formação, em conjunto com formadores da FAO, com experiência em organizações de agricultores a nível internacional.

Poder pôr em prática os conhecimentos adquiridos em Córdoba e adaptá-los à nossa realidade permite-nos pensar na nossa organização, reforçar as nossas redes e afinar os passos e o caminho traçado.

Hoje posso afirmar com convicção que este foi o ponto de viragem na forma como abordamos algumas questões na nossa organização, com base nos princípios, métodos e conhecimentos que adquirimos e que é importante preservar e recordar de tempos a tempos."

Laura Tarrafa, CNA, Coimbra (Portugal)

³⁷ Guilherme Brady e Mariagrazia Rocchigiani (FAO)

4.2. APRENDER – Compreender Atitudes – Superação de Fraquezas e Obstáculos Metodologias e Ferramentas Participativas

O projeto BOND desenvolveu uma metodologia participativa capaz de abranger os diferentes intervenientes, que reuniu académicos e profissionais para refletir sobre atitudes e barreiras à ação coletiva.

A Universidade de Córdoba liderou a conceção e implementação desta metodologia, aplicada pela CNA no seu workshop dedicado ao tema da Promoção da Ação Coletiva, Fortalecimento da Agricultura Familiar, organizado na sua sede, a 23 de janeiro de 2019, para discussão de questões como a participação dos jovens nas organizações de agricultores, sustentabilidade financeira e capacidade de influência política.

Resultados

Este workshop teve como participantes trabalhadores e líderes da CNA. Trazer outras vozes para um espaço de debate que, na maioria das vezes, se encontra reservado aos órgãos dirigentes, contribuiu para reforçar o sentimento de pertença e o espírito democrático da organização.

Os participantes criaram um mapa social de Portugal com o fim de identificarem potenciais estratégias de bridging capazes de fortalecer objetivos organizacionais e ajudar a ultrapassar barreiras ao apoio e progresso da agricultura familiar.

Tendo identificado alguns aspetos passíveis de limitar o desenvolvimento da ação coletiva e do trabalho em rede no setor agrícola, bem como o potencial a explorar, este encontro preparou o terreno para o 1º Workshop Nacional a realizar em Portugal. Valeu a pena levar esta reflexão organizacional tão importante a um público mais vasto.

Workshops Nacionais em Portugal e Espanha

1º Workshop Nacional, Portugal (Coimbra)

A data escolhida para o primeiro Workshop Nacional foi 24 de fevereiro de 2019, dois dias antes do 41º Aniversário da CNA.

Os participantes reuniram-se sob o tema central "Promover o Movimento Associativo, Fortalecer a Agricultura Familiar", para debater a participação dos jovens nas organizações de agricultores e para discutir a sustentabilidade, capacidade orgânica e influência do movimento associativo.

Resultados do Workshop

O principal resultado das discussões foi uma lista de recomendações, apresentada à direção do CNA, definindo possíveis formas de ultrapassar os desafios enfrentados pela ação coletiva.

Esta discussão foi da maior importância para o movimento associativo dos agricultores. Pela importância da agricultura familiar e pela necessidade de continuar a trabalhar no aumento da sua resiliência, é vital possuir organizações representativas fortes. Esta análise coletiva permitiu compreender pontos fortes e limitações e, ao mesmo tempo, aspetos exteriores que é necessário enfrentar e trabalhar.

Uma das maiores preocupações do movimento dos agricultores familiares em Portugal consiste na necessidade de atrair e reforçar a participação dos jovens na atividade agrícola. Neste sentido, os primeiros resultados práticos foram já alcançados, através da celebração de um protocolo com uma entidade do meio académico.

Caixa: MEMORANDO DE ENTENDIMENTO LIGA MOVIMENTOS DE AGRICULTORES AO MUNDO ACADÉMICO

A assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) entre a CNA e a Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC) é o resultado das atividades conduzidas pelo projeto BOND com vista a reforçar a ação coletiva e as abordagens multi-intervenientes.

Um dos obstáculos identificados no 1º Workshop Nacional em Portugal, realizado na ESAC, foi a "falta de incentivos para a participação dos mais jovens nas organizações coletivas e movimentos associativos, o que conduz ao seu afastamento". Neste contexto, uma recomendação importante foi "promover uma relação mais próxima com o meio académico – ao nível do ensino profissional e superior – para que os estudantes de disciplinas relacionadas com a agricultura possam ter contacto com organizações coletivas e para que também as próprias instituições de ensino possam ter contacto com a agricultura familiar e as perspetivas e movimentos associados".

A aproximação do meio académico, com todo o seu potencial de conhecimento e investigação, é um passo importante para acrescentar valor às organizações de agricultores, à agricultura familiar e ao mundo rural.

Com este Memorando de Entendimento, as partes pretendem estreitar e aprofundar a sua colaboração, aproximando estudantes e académicos da realidade do país, em particular da agricultura familiar, do mundo rural e de modelos de produção sustentável, ao mesmo tempo que colocam o seu conhecimento académico e recursos científicos ao alcance das organizações de agricultores.

2º Workshop Nacional, Portugal (Fundão)

Como vimos antes, no capítulo 3, a PAC possui uma forte influência sobre as políticas agrícolas nacionais. Este workshop teve com objetivo explorar formas de aproveitar as oportunidades apresentadas pela reforma da PAC para depois de 2020 e pelas eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2020. Este workshop constituiu uma oportunidade para fazer ouvir as vozes dos agricultores relativamente às suas maiores preocupações no que concerne as políticas que influenciam as suas vidas quotidianas e rendimentos.

Resultados

Como resultado deste workshop, foi elaborada uma carta aberta e um questionário, que foram enviados aos candidatos portugueses ao Parlamento Europeu, a fim de aferir que posições estes tomariam, se eleitos, no Parlamento Europeu.

- A carta aberta propunha algumas recomendações-chave, incluindo: "é necessário que a PAC valorize a agricultura familiar e a produção de alimentos de qualidade, acessíveis a todos os cidadãos, com base num modelo agrícola saudável e sustentável";
- A agricultura familiar necessita de uma reforma à PAC, com base na soberania alimentar, que proporcione aos agricultores preços e rendimentos equitativos e que contribua para manter vivo o mundo rural;
- Face a um mercado cada vez mais liberalizado, que "esmaga" a agricultura familiar, considera-se indispensável a definição de políticas a nível regional e a retoma de instrumentos públicos de regulação da produção e dos mercados, de modo a combater os baixos preços pagos aos produtores agrícolas, consequência da "volatilidade", a fim

de facilitar o acesso aos mercados e resolver outros problemas fundamentais que afetam a agricultura familiar;

- É necessária uma melhor distribuição dos apoios para uma PAC mais justa e solidária para os agricultores, as populações rurais e os cidadãos. Para tal, a modulação deverá ser obrigatória, devendo igualmente existir um teto para os valores atribuídos, ou seja, os beneficiários de apoios da PAC não deverão poder receber pagamentos diretos de mais de 60.000 euros por ano.

Caixa: “PARTILHANDO” RECOMENDAÇÕES COM OS MEMBROS PORTUGUESES DO PARLAMENTO EUROPEU

Entrando já no pilar "PARTILHAR", uma delegação da CNA deslocou-se a Bruxelas, em novembro de 2019, para se encontrar com membros portugueses do Parlamento Europeu e com a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER).

Nestes encontros, a CNA abordou as perspetivas e preocupações da agricultura familiar face à PAC, incluindo as questões e recomendações reunidas durante o workshop nacional.

Workshop Nacional em Espanha (Galiza)

O SLG, com o apoio da Universidade de Córdoba, da CCPV-COAG e da FAO, organizou um workshop nacional na Galiza, entre 5 e 6 de julho de 2019, sob o tema "Transformação Alimentar e Produções Camponesas", centrado nos problemas gerados pelos rigorosos regulamentos sanitários em vigor, criados com foco nas grandes empresas. Estes levam à exclusão de muitos transformadores artesanais de alimentos, bem como de possibilidades de transformação nas propriedades agrícolas que, em muitos casos, poderão constituir um complemento económico importante. Dos 58 participantes faziam parte agricultores, organizações sociais, agentes da administração pública, grupos de investigação, ativistas e representantes políticos locais.

Durante os seus dois dias de duração, o workshop incluiu:

- apresentações sobre as barreiras administrativas colocadas à transformação alimentar em pequena escala da agricultura familiar;
- grupos de trabalho de diferentes setores (panificação, preparação artesanal de alimentos, matadouros móveis...), com o objetivo de começar a definir orientações para o futuro;
- visita à exploração leiteira O Alle, que vende leite cru diretamente ao consumidor. Esta foi a primeira exploração em território galego legalmente autorizada a vender leite cru diretamente ao consumidor;
- uma sessão de encerramento com os olhos no futuro, tirando conclusões e continuando a organização da luta em curso para criar espaço para os alimentos transformados por pequenos produtores. Isto é tão importante quanto necessário para levar ao consumidor produtos de alta qualidade, bem como pelo valor acrescentado que representa para os agricultores.

Resultados

A principal conclusão a emergir deste workshop é a necessidade de regulamentos sanitários mais flexíveis, já prevista a nível europeu, mas ainda não adotada em Espanha por falta do apoio do governo.

Encontram-se bem definidas diferentes opções de flexibilização e adaptação para os transformadores de alimentos em pequena escala, já aplicadas em diferentes contextos políticos, como sucedeu na região de Valência. No entanto, estas opções ainda não são amplamente conhecidas nem apoiadas. É possível e necessária uma rede coletiva de organizações com o objetivo de exercer pressão sobre as instituições políticas no sentido de adaptarem os regulamentos e prestarem apoio aos transformadores alimentares artesanais e de pequena escala.

Este workshop estabeleceu a base para a assinatura de um Memorando de Entendimento entre quatro organizações (SLG, CCPV-COAG, Universidade de Córdoba e AISEC - Asociación para la Investigación de Sociología Estudios Campesinos) no sentido da criação de uma plataforma estatal que defenda estes interesses.

4.3. PARTILHAR – A Afirmação de Uma Posição no Panorama Político

Mesa Redonda Regional em Portugal

Nos dias 28 e 29 de janeiro de 2020, a CNA organizou uma Mesa Redonda Regional em Coimbra, Portugal, dedicada ao tema "Agricultura Familiar e Acesso aos Mercados". Este importante evento passou em revista a PAC e outras políticas de âmbito mais alargado, como as originadas na OMC, todas elas com grande impacto na vida dos agricultores e em toda a nossa alimentação. O objetivo desta Mesa Redonda Regional foi chegar a um conjunto de recomendações políticas para promover o capital social no setor agrícola.

O evento juntou mais de 40 participantes de 13 nacionalidades diferentes para analisar os desafios enfrentados pela agricultura familiar no acesso aos mercados, construir posições, reforçar a cooperação e as alianças entre organizações e fortalecer a ação coletiva em torno das questões comerciais.

Resultados

Os participantes concordaram que a OMC, a proliferação de TLC e a PAC estão a ter impactos devastadores na Agricultura Familiar na Europa, impactos esses que se estendem às paisagens únicas da Europa e à sua biodiversidade, cultura, tradições e sociedade em geral.

Com a qualidade alimentar fortemente afetada pelas exigências de redução dos parâmetros de qualidade por parte do comércio "livre", também o ambiente está a ser gravemente prejudicado pelo aumento do comércio de longa distância (especialmente por via marítima), não sujeito a estudos de impacto ambiental.

Para os pequenos e médios agricultores e para a Agricultura Familiar, os impactos destas políticas têm sido visíveis a vários níveis, para referir alguns:

- preços no produtor inoportavelmente baixos;
- distorção da concorrência (dumping social, fiscal e ambiental);
- colapso dos rendimentos;
- dificuldades de acesso aos mercados;
- perda de postos de trabalho;
- encerramento de explorações agrícolas;
- desagregação do tecido social e desertificação humana dos territórios rurais.

Para inverter este caminho, que está a condenar a agricultura familiar europeia, é necessário:

- colocar a soberania alimentar no centro das políticas, garantindo preços justos para a produção de alimentos de qualidade, próximos e acessíveis aos consumidores;
- relocalizar os sistemas alimentares, a fim de reduzir a necessidade de transporte e colocar a proteção dos sistemas alimentares e a própria agricultura à frente dos grandes lucros no agronegócio;
- dar prioridade aos produtos locais nas compras públicas;
- introduzir um sistema de tributação por quilómetro para diferenciar os produtos provenientes de locais muito distantes;
- garantir preços mínimos;
- aplicar sobretaxas aos produtos que não respeitem as normas europeias;
- ser transparente quanto às margens de lucro associadas a cada produto e à sua distribuição;
- adotar legislação anti-trust (anti-monopólio) para evitar a concentração a montante;
- garantir a não subordinação da PAC ao Direito Comunitário da Concorrência, de acordo com o artigo 42 do Tratado da UE;
- ter em conta os aspetos sociais e garantir condições dignas aos trabalhadores agrícolas.

Esta Mesa Redonda Regional permitiu não só uma reflexão coletiva sobre o tema do comércio e dos mercados, como também a construção de propostas e avanços para um plano de ação e estratégia comuns. Após dois dias de debate, os participantes entregaram a Declaração de Coimbra: "As explorações agrícolas familiares europeias necessitam de ação coletiva para melhorar o seu acesso à agricultura e aos mercados alimentares". Esta declaração resume os contributos dos participantes, propõe uma lista de recomendações e cria um grupo de trabalho sobre o acesso das explorações familiares a nível europeu aos mercados, reunindo as organizações agrícolas presentes na reunião.

Caixa: AÇÃO COLETIVA PARA O FUTURO: GRUPO DE TRABALHO SOBRE ACESSO AOS MERCADOS

O debate não terminou. Tal como ficou escrito na Declaração de Coimbra, os participantes desta Mesa Redonda Regional acordaram continuar a trabalhar em conjunto. Foi criado pelas organizações de agricultores presentes um grupo de trabalho sobre o acesso das explorações familiares a nível europeu aos mercados, com o objetivo específico de trabalhar em prol de políticas favoráveis a um setor agrícola europeu mais sustentável, saudável e harmonioso, mediante a sua contribuição para:

- sistemas de alerta precoce e resposta rápida a acordos tarifários e comerciais existentes e em desenvolvimento, com vista a mitigar os seus riscos para a subsistência dos agricultores;
- propostas de políticas comerciais e agrícolas com impacto positivo nas zonas rurais;
- investigação capaz de colocar em evidência os impactos das atuais políticas comerciais e de mercado na agricultura europeia;
- divulgação à comunidade em geral de questões relacionadas com comércio e mercados.

Conclusões

A diversidade de iniciativas e ferramentas desenvolvidas através do projeto BOND, bem como o amplo leque de participantes envolvidos, contribuíram – e certamente continuarão a fazê-lo – para o empoderamento dos agricultores e das suas organizações, reforçando a sua capacidade de intervenção política a diversos níveis.

Ao analisar os resultados alcançados durante as iniciativas do projeto, ficou evidente a relevância da discussão em conjunto sobre as preocupações e aspirações dos camponeses, bem como a importância de reforçar a ação coletiva em torno das suas organizações representativas, como veículo de incidência política para melhorar as suas condições de vida e de trabalho.

Agricultores e membros de organizações participaram em visitas de estudo, debates a nível nacional e regional e ações de formação, no sentido de reforçarem os seus conhecimentos e partilharem informação e sentimento de pertença a uma mesma comunidade de agricultores, uma comunidade com potencial para realizar grandes mudanças.

Foi desenvolvido conhecimento mútuo entre parceiros, estabelecidos acordos para ações comuns de apoio à Agricultura Familiar e partilhadas experiências com vista a identificar possíveis caminhos de mudança. Estiveram envolvidos nestas discussões entidades e decisores políticos que puderam testemunhar o potencial do intercâmbio de ideias e visões entre e por agricultores.

As decisões políticas possuem um forte impacto na vida e no trabalho dos agricultores e da sociedade em geral. **É necessário que os governos se comprometam com a criação de instrumentos para o reconhecimento e valorização da Agricultura Familiar.**

Apesar do justo reconhecimento oficial e institucional da importância da agricultura familiar na Europa, existe uma contradição entre aquilo que é dito, as políticas adotadas e as suas consequências sobre o setor.

Falamos de instrumentos de reconhecimento tais como a Declaração dos Direitos dos Camponeses e outras pessoas que vivem em Zonas Rurais ou a Década da ONU para a Agricultura Familiar 2019-2028. No caso de Portugal, a Carta de Lisboa pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar, ao abrigo da CPLP, e o Estatuto da Agricultura Familiar são também dignos de nota. No entanto, durante os debates realizados no âmbito do projeto BOND, houve consenso relativamente à necessidade de os governos passarem das palavras às ações, mediante a adoção de políticas públicas e outras medidas concretas que contribuam para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares diversificados, saudáveis e sustentáveis, e para a melhoria dos rendimentos dos agricultores, que lhes permitam uma vida digna e um Mundo Rural vivo.

Esta necessidade é evidenciada pelo primeiro pilar do Plano de Ação Global da UNDF, que refere a "criação de um ambiente político favorável ao fortalecimento da agricultura familiar".

Agricultura e Políticas Alimentares com Base na Soberania Alimentar

Em junho de 2018, a Comissão Europeia apresentou propostas legislativas no âmbito da reforma da PAC³⁸, assentes em três metas principais e nove objetivos específicos: assegurar um rendimento justo para os agricultores, aumentar a competitividade, reequilibrar os poderes na cadeia alimentar, colaborar na luta contra as alterações climáticas, proteger o ambiente, preservar a paisagem e a biodiversidade, apoiar a renovação geracional, promover zonas rurais dinâmicas e proteger a qualidade na alimentação e na saúde.

Posteriormente, em dezembro de 2019, a CE publicou uma comunicação sobre o Pacto Ecológico Europeu, com o objetivo de permitir à Europa a transição para uma economia sustentável, tornando-se o primeiro continente do mundo com impacto neutro sobre o clima até 2050. Uma das suas principais políticas é a estratégia "Do Prado ao Prato", "para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente".

O Pacto Ecológico e a estratégia "Do Prado ao Prato", que foram objeto de debate na Mesa Redonda Regional em Portugal, foram considerados oportunidades para promover sistemas agrícolas e alimentares mais justos, democráticos e sustentáveis e para desenvolver a agroecologia rural e uma sociedade mais respeitadora dos direitos humanos. Para alcançar os objetivos originais da PAC, bem como os nove objetivos identificados nas novas propostas e na estratégia "Do Prado ao Prato", é necessária coerência entre as políticas de todas as áreas da UE: economia, comércio, agricultura e alimentação, ambiente e políticas sociais.

Apresentamos abaixo um resumo das principais recomendações resultantes das atividades do projeto BOND. É chegada a hora de dar voz às vontades e propostas da Agricultura Familiar:

Revisão das Propostas de Reforma da PAC

- É necessário proceder a uma revisão das propostas de reforma da PAC, considerando que esta já tem dois anos e não reflete novas realidades sociais, tais como a pandemia da COVID-19 ou a crescente preocupação com os problemas ambientais, que levou à criação do Pacto Ecológico e da estratégia "Do Prado ao Prato".
- A reforma da PAC deve ser baseada nos princípios da Soberania Alimentar, a fim de proteger e promover modelos agroalimentares saudáveis, democráticos e sustentáveis, bem como os milhares de agricultores familiares que os apoiam, enquanto salvaguarda a segurança alimentar.

Promoção da Agricultura Familiar e do Mundo Rural

As explorações de pequenas e médias dimensões e os modelos agrícolas familiares, primariamente baseados em práticas agroecológicas, são a única forma de manter o dinamismo das zonas rurais e de combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, mediante o apoio das tradições, do conhecimento, da cultura e da utilização por estes agricultores das suas próprias sementes e espécies autóctones.

- Reverter o encerramento de serviços públicos nas zonas rurais, promovendo a manutenção e criação de novos serviços de qualidade (saúde, educação, transportes públicos, vias de comunicação, administração pública e cultura), irá melhorar a qualidade de vida das populações e inverter a tendência de desertificação humana que atualmente apresentam.

³⁸ https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/future-cap_en

- Os planos estratégicos nacionais para a PAC deverão refletir os objetivos de uma agricultura mais local e resistente e subsidiar as pequenas e médias explorações agrícolas e o modelo agrícola familiar, única forma de manter o dinamismo das zonas rurais.
- Deverão ser estabelecidos limites para as chamadas mega-explorações agrícolas, geradoras de impactos negativos a nível ambiental e social.

Aproximação do agricultor ao consumidor e realocização do consumo alimentar

- A PAC e outras políticas deverão proporcionar apoios específicos à recuperação, criação e promoção de mercados locais/tradicionais para a comercialização de produtos locais/tradicionais, particularmente os provenientes da agricultura familiar.
- É necessário que sejam estabelecidas regras e normas adequadas, a nível de higiene e da transformação de produtos nas explorações agrícolas. Da mesma forma, deverão ser instituídas políticas de financiamento dos ativos requeridos por determinadas iniciativas locais e coletivas, tais como matadouros móveis para pequenas explorações agrícolas, soluções de transformação de vegetais e infraestruturas para albergar mercados locais, entre outros.
- Deverá ser dada prioridade à agricultura familiar no abastecimento das cantinas das instituições públicas e na economia social das suas regiões de origem, através do estabelecimento de limites mínimos significativos para os alimentos provenientes desta fonte.

Proteção da posição dos agricultores no mercado

- É fundamental que sejam implementados instrumentos de gestão de mercado e da produção para estabilizar os mercados e melhorar os rendimentos dos agricultores.
- O reforço da gestão e regulamentação do mercado interno comum e do modelo de produção, ao abrigo da PAC, irá pôr fim à realocização da produção alimentar para países onde esta é realizada de forma mais económica e sem preocupações sobre a forma como os alimentos são produzidos ou as graves consequências sanitárias, ambientais e sociais passíveis de surgir, para estes países e para a UE.
- É necessário proteger a posição dos agricultores na cadeia de distribuição agroalimentar, através da proibição das vendas abaixo dos custos de produção (dumping) ou do estabelecimento de sistemas de controlo de preços e margens de lucro. Isto inclui, por exemplo, a regulamentação legislativa das atividades comerciais das grandes empresas do agronegócio e da distribuição.
- É necessário alterar as regras da concorrência na UE, para que passem também a considerar os aspetos sociais e ambientais, favorecendo as cadeias de mercado curtas.
- É necessário maior apoio à organização económica da produção, nomeadamente através de organizações de produtores multiprodutos e de regras adequadas às explorações agrícolas familiares de pequenas e médias dimensões.
- É necessário incentivar e apoiar as organizações associativas de agricultores, de modo a garantir espaço para a sua participação na formulação das políticas públicas.

Jovens e novos agricultores

- Priorizar o apoio à instalação de jovens e novos agricultores nas intervenções de desenvolvimento rural terá como consequência a revitalização das zonas rurais, o combate ao envelhecimento da população agrícola e a desertificação do mundo rural.
- Assegurar políticas eficazes para a instalação e manutenção da atividade de jovens e novos agricultores irá permitir que se mantenham em atividade após os cinco anos iniciais de manutenção obrigatória do projeto.
- São necessárias regras de acesso aos apoios para a participação dos pequenos e médios agricultores.
- É necessário proceder à elaboração de uma diretiva que facilite o acesso dos jovens às terras, proteja os solos, previna a artificialização da terra e assegure o acesso e a utilização sustentável dos recursos naturais.
- É necessário que sejam implementadas políticas que assegurem a partilha de conhecimentos entre diferentes agricultores de diferentes gerações, com vista à preservação das práticas tradicionais da agricultura familiar.
- É necessária a promoção de formação especializada e apoio técnico, adaptados à realidade das pequenas e médias explorações agrícolas familiares.
- A formação dos jovens deverá contemplar a ação coletiva e a sua integração e participação em movimentos associativos.

Valorização das mulheres que vivem e trabalham nas zonas rurais

- No que concerne à Declaração dos Direitos dos Camponeses, é necessário que o importante papel desempenhado pelas mulheres que vivem e trabalham nas zonas rurais seja valorizado através de medidas concretas, que lhes permitam usufruir em pleno dos seus direitos.

Uma distribuição mais justa dos apoios da PAC

- Os apoios da PAC deverão ser atribuídos em função da produção e não da superfície (ha) das explorações, devendo ajudar todos aqueles que se encontram ativos na produção de bens alimentares para a população.
- Uma distribuição mais justa dos apoios requer a aplicação de limites máximos aos valores atribuídos (por exemplo, pagamentos diretos aos beneficiários até um máximo de 60.000 €/ano), modulação obrigatória e um pagamento redistributivo que valorize os primeiros hectares.
- Os pequenos agricultores deverão receber pagamentos, conforme definido pelos Estados-membros, ao abrigo do Regime da Pequena Agricultura, sob a forma de um montante predeterminado, em substituição dos pagamentos diretos previstos, a um nível suficiente para assegurar a viabilidade das explorações a longo prazo.
- O investimento de entidades financeiras no setor agroflorestal (que açambarca terras, desloca comunidades rurais e impõe modelos agrícolas industrializados) deverá ser limitado e não elegível para apoios públicos.

Proteção dos agricultores e trabalhadores rurais

- O princípio da condicionalidade deverá incluir nas suas regras os direitos laborais dos agricultores e outros trabalhadores rurais, com vista à valorização do seu trabalho e ao cumprimento dos seus direitos (ao abrigo das convenções internacionais sobre o trabalho e da Declaração dos Direitos dos Camponeses).

Tratados de livre-comércio

- No contexto das políticas de âmbito mais alargado, deverá ser posto um ponto final aos tratados de livre-comércio, que possuem um impacto devastador sobre a agricultura familiar. Num momento em que a Europa trabalha num Pacto Ecológico e refere a importância de reduzir as emissões poluentes com vista a alcançar um balanço de carbono neutro, não é coerente continuar a permitir a negociação desenfreada de tratados de livre-comércio a nível global.

A produção alimentar não pode ser vista como um mero negócio internacional, em detrimento de produtores e consumidores.

Vivemos tempos de grandes desafios que são também tempos de reflexão e mudança positiva. Numa altura em que até as fronteiras nacionais foram encerradas, deixando à vista a fragilidade dos nossos sistemas alimentares, que se baseiam no comércio em larga escala através de importações e exportações, e com as nossas capacidades de autoabastecimento em risco e a segurança alimentar das populações comprometida, enfatizamos a importância dos modelos de produção e consumo locais e sustentáveis.

É o trabalho, e também o desejo, dos agricultores familiares e outros trabalhadores das zonas rurais continuar a alimentar a população. Para isso, é necessário proporcionar-lhes condições dignas e segurança, durante e após a presente crise, através de melhores políticas públicas que valorizem a agricultura familiar.